

RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Natalia Tammone¹

[...] é importante que o nosso comerciante [dos Estados Unidos], cujos empreendimentos não conhecem limites, seja informado e regule suas exportações de acordo. Mas há pouca razão para acreditar, pelo crescente consumo e exportação, que um comércio ativo dará rapidamente a este novo país, que o nosso comércio aqui receberá um grande e proveitoso aumento depois do próximo ano.²

Tradicionalmente a historiografia considerou o século XIX brasileiro como um século inglês. A vinda da família real para a colônia e a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas marcaram o início do novo século e da história econômica do Brasil independente³. A aliança antiquíssima entre Portugal e Inglaterra, o apoio militar e a escolta da família real estabelecidos pela convenção secreta de 1807 colocavam o Reino, virtualmente, em uma posição de dependência em relação aos britânicos, fazendo do Brasil, nas palavras de Jobson Arruda, uma colônia “entre impérios”. Se por um lado afrouxavam as relações monopolistas em relação à metrópole europeia, a abertura dos portos e os tratados de 1810 consolidaram a condição de dependência em relação à Grã Bretanha⁴.

Isolada do comércio europeu em virtude das guerras napoleônicas e em estado de guerra com sua antiga colônia na América do Norte, o comércio com a América do Sul, ou seja, com as colônias e ex-colônias espanholas e portuguesas, tornou-se alternativa para o escoamento da produção britânica, essencial para a continuidade do sistema mercantil inglês no momento em que suas relações externas passavam por fase tão delicada⁵. Num segundo momento, principalmente a partir de meados

¹ Doutoranda em História Econômica na Universidade de São Paulo. Bolsista FAPESP. E-Mail: <tammone@usp.br>.

² HILL, Henri. *A view of the commerce of Brazil (1808)*. Edição bilíngue. Salvador: Banco da Bahia, 1964, p. 76.

³ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 192-218; FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil: aspectos da influência Britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁴ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru: EDUSC, 2008. MENZ, Maximiliano M. *Entre Impérios: formação do Rio Grande na crise do Antigo Sistema Colonial português (1777-1822)*. São Paulo: Alameda, 2009.

⁵ Olga Pantaleão explicita a situação inglesa e a corrida inicial para o estabelecimento de casas comerciais e o envio de mercadorias inglesas para o Brasil. A autora ainda mostra como diversas casas comerciais, desconhecedoras do mercado brasileiro ou mesmo abaladas pela queda dos preços causada pelo grande afluxo de mercadorias, acabaram falindo ou indo à bancarrota e as consequências desse processo para economia inglesa. PANTALEÃO, Olga. “A presença inglesa”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da civilização brasileira – vol.3*. 9. ed. Rio de

do século XIX, destaca-se a participação do capital britânico nas casas comerciais estabelecidas no Rio de Janeiro e sua responsabilidade, em grande medida, pela modernização do Império brasileiro ao longo do século, através dos grandes bancos e empresas⁶.

Fazendo um contraponto à supremacia inglesa, em 1970, Antonia Wright introduziu a participação americana nos estudos sobre o século XIX brasileiro. Para a autora, na primeira metade do século foi óbvia a predominância da Grã-Bretanha em termos econômicos e da França em termos culturais no Brasil. A autora analisou a presença dos Estados Unidos na economia brasileira desse momento não como um competidor a altura das relações inglesas, mas em termos de “desafio” americano à preponderância comercial inglesa. A inserção americana na economia brasileira na segunda metade do século seria, assim, resultado de uma bem articulada e agressiva política americana orientada para uma ação combativa às posições inglesas⁷.

Ainda nos anos 70, Moniz Bandeira escreveu obra sobre a presença dos Estados Unidos no Brasil. Embora o objetivo principal do autor fosse a análise do papel dos americanos principalmente no século XX, com as polarizações oriundas da II Guerra Mundial e da Guerra Fria, o texto fornece uma das primeiras e únicas análises da participação política e econômica dos Estados Unidos ao longo do século XIX.

Segundo o autor, os americanos foram ao mesmo tempo exemplo de revolução independentista e de implantação de um Estado republicano na América. Por isso foram procurados constantemente como base de apoio para o processo de emancipação do Brasil, desempenhando um papel político importante no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro. Assim, após a abertura dos portos e durante a estada da corte no Brasil, os americanos iniciaram sua atuação direta no país, visando, em primeiro lugar, observar o movimento dos britânicos na corte portuguesa e a sua influência sobre as decisões políticas e militares de Portugal e, além disso, estabelecer novos vínculos econômicos diretos com o Brasil, tendo já em vistas a possibilidade da autonomização da economia do continente americano⁸.

Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 75-114. Para um período posterior ver também: DAWSON, Frank Griffith. *A primeira crise da dívida latino-americana: a City de Londres e a bolha especulativa de 1822-1825*. São Paulo: Editora 34, 1998.

⁶ Síntese de sua tese de doutorado, defendida em 1997, e de seus trabalhos mais recentes, Carlos Gabriel Guimarães faz excelente balanço da historiografia sobre a presença econômica inglesa no Brasil e o processo de industrialização. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio do Brasil Imperial: os casos da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Cia (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Philips & Cia (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 221-232. Cf. também: GRAHAM, *Grã-Bretanha e o início...*

⁷ Nas palavras da autora, “Esse desafio não é estrepitoso e nem tampouco pode ser submetido aos esquemas comuns para sua caracterização, porquanto os fatos que o revelam processam-se em áreas diferentes, sobretudo até 1850. *Demonstram, porém, claramente, as bases de um esquema norte-americano que incluía planos de política nacional e continental a longo prazo e não simplesmente uma disputa de mercados*”. WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida. *Desafio à preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 21 (grifo nosso).

⁸ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 25-36.

Moniz Bandeira analisou a correspondência de representantes de ambos os governos, oficiais ou não, no decurso do processo de independência. O autor verificou a contínua busca brasileira pelo apoio dos americanos em seus movimentos de insurreição contra Portugal e para o reconhecimento da independência, mostrando como nesse momento os Estados Unidos faziam uma política dúbia: se por um lado apoiavam ideologicamente as independências e principalmente a formação dos governos republicanos, por outro não queriam se envolver com as questões europeias, evitando conflitos que comprometessem a consolidação interna do recente Estado americano⁹.

Buscando compreender as ligações entre Estados Unidos e Brasil, principalmente em relação à política externa e às vinculações ideológicas dos países, William Lloyd Cumiford defendeu, em 1977, tese de doutorado vinculando as duas nações no cenário político americano do século XIX. Para o autor, o interesse americano no Brasil vinculava-se, sobretudo, à necessidade de autonomia em relação à antiga metrópole e à Europa. Após a vinda da Corte e com os acontecimentos que levaram à independência em relação a Portugal, o Brasil passava a ser entendido pelos americanos como a outra grande potência da América e, sendo assim, peça fundamental para eficácia da política externa americana em relação à América¹⁰.

Para o autor, a maior dificuldade no relacionamento entre os países e no estabelecimento de relações mais estáveis foi a diferença ideológica entre o novo Império – ligado à Europa por laços de sangue e, assim, não dissociado do destino da antiga metrópole europeia– e a República americana, que buscava cada vez mais autonomia frente a Europa e disputava os espaços americanos com a sua antiga metrópole. Mesmo assim, para ele, a história das relações entre Brasil e Estados Unidos no século XIX pode ser entendida como um momento de cooperação para ambas as nações.

*Ao longo dos anos, um lento mas firme desenvolvimento de relações comerciais caracterizou a diplomacia entre os Estados Unidos e o Brasil. Diferentemente dos Estados hispano-americanos, o Brasil oferecia-se como um polo de endossamento da Doutrina Monroe.*¹¹

Em artigo de 1992, Stephen Haber e Herbert Klein relativizaram a influência inglesa, partindo da hipótese que nem o modelo neomarxista e nem o modelo liberal dão conta de explicar as consequências econômicas da independência. Para os autores, as íntimas relações comerciais entre Brasil e Grã-Bretanha já se desenvolviam desde o século XVIII, notadamente a partir do tratado de Methuen e que, portanto, não existiu uma grande mudança no padrão comercial brasileiro no período subsequente a independência¹². No entanto, identificaram a partir da

⁹ BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos...*, p. 71-120.

¹⁰ CUMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States/ Brazilian relations (1808-1894)*. Tese (Doutorado). Texas Tech University, Dallas, 1977, p. 08-23.

¹¹ CUMIFORD, *Political ideology...*, p. 188 (tradução livre).

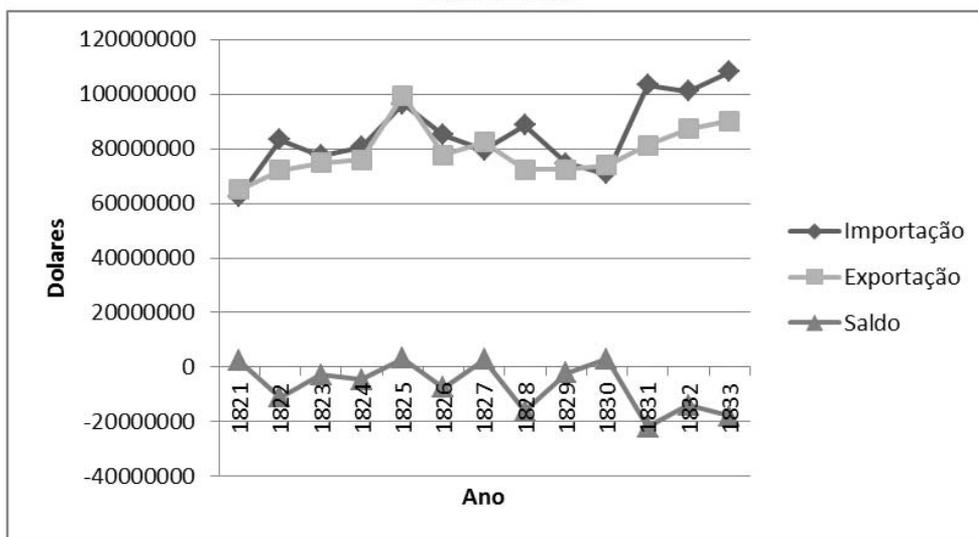
¹² HABER, Stephen H. e KLEIN, Herbert S. "As consequências econômicas da independência brasileira". *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n. 33, 1992, p. 237-238.

década de 30 uma diversificação de parceiros comerciais, com participação notável de países como Estados Unidos, França, Alemanha e Portugal¹³. Nessa direção, procuraremos mostrar como a participação dos Estados Unidos no comércio brasileiro permite problematizar a preponderância inglesa e avançar para uma melhor compreensão da inserção do Brasil no comércio externo mundial.

Quanto às fontes, ainda em 1835, Timothy Piktin apresentou uma análise quantitativa acerca do comércio externo norte-americano a partir do período da independência até o momento em que escrevia. Assim, o autor procurava mostrar o peso da participação externa no conjunto da economia estadunidense. Para o período que vai de 1821 a 1833, o autor apresentou dados seriados sobre o comércio dos Estados Unidos, com as quantidades de importação, exportação, saldo do comércio externo e sua composição, por nação¹⁴.

A partir da sistematização e análise dos dados fornecidos por ele concluímos que, de maneira geral, houve crescimento nos valores transacionados pelos Estados Unidos ao longo do período. O saldo do comércio americano era instável, tendo anos positivos e negativos, com o total deficitário¹⁵.

Gráfico 1- Importação e Exportação total dos Estados Unidos da América (1821-1833)



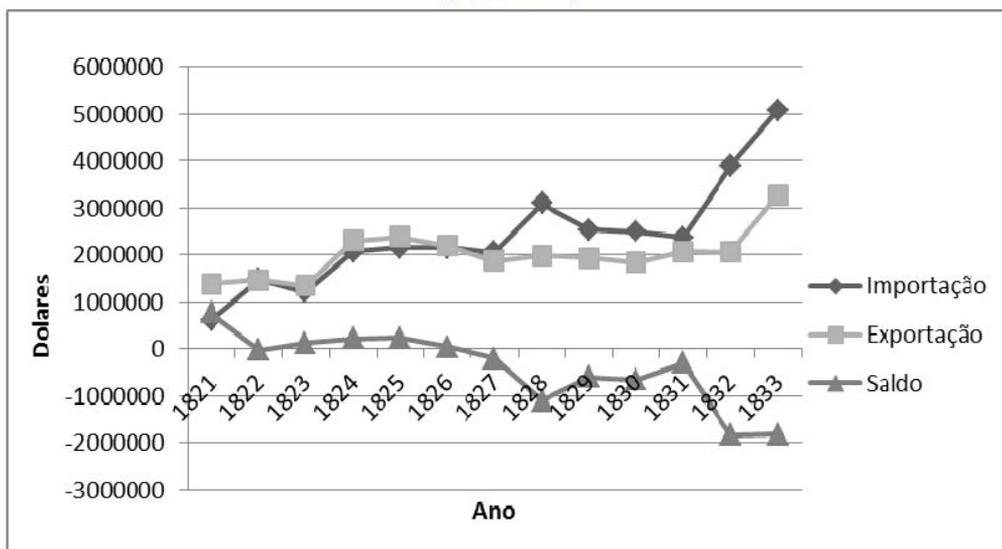
Fonte: PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...)*. New Haven: Durie & Pack, 1835, 2v.

¹³ *Idem*, p. 242. Cf principalmente os dados da tabela 2.

¹⁴ PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...)*. New Haven: Durie & Pack, 1835, 2 vols.

¹⁵ Os gráficos e tabelas abaixo foram compostos pela autora a partir dos dados apresentados por Piktin para o comércio externo dos Estados Unidos.

Gráfico 2- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América para o Brasil (1821-1833)



Fonte: PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...)*. New Haven: Durie & Pack, 1835, 2v.

Seguindo a tendência geral, o comércio com o Brasil, na maior parte dos anos e no saldo final também foi deficitário para os Estados Unidos. As transações entre os dois países aumentaram em valores absolutos, percebendo-se uma tendência de alta mais acentuada a partir de 1832, embora não possamos confirmar se se tratava de alta apenas conjuntural.

O aumento dos valores totais transacionados com o Brasil foi significativo; no entanto, quando comparado aos valores do comércio total dos Estados Unidos não chegaram, em nenhum momento, a valores acima dos 4% do total das exportações e 5% dos valores de importações. Esses dados corroboram a hipótese de que, embora houvesse interesse político e estratégico dos dois países em estreitar as relações comerciais, no período que se seguiu a independência brasileira até 1833 essas relações aumentam, mas não caracterizam uma grande parceria no computo geral das transações comerciais do ponto de vista da economia norte americana.

Tabela 1- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América. Total e participação do Brasil (1821-1833)

Ano	Importação Total	Importação Brasil	%	Exportação Total	Exportação Brasil	%
1821	62385724	605126	1,0	64974382	1381760	2,1
1822	83241541	1486567	1,8	72160281	1463929	2,0
1823	77579267	1214810	1,6	74699030	1341390	1,8
1824	80549007	2074119	2,6	75986657	2301904	3,0
1825	96340075	2156707	2,2	99535388	2393754	2,4
1826	84974477	2156678	2,5	77595322	2200349	2,8
1827	79484068	2060971	2,6	82324827	1863806	2,3
1828	88509824	3097752	3,5	72264686	1988705	2,8
1829	74492527	2535467	3,4	72358671	1930027	2,7
1830	70876929	2491460	3,5	73849508	1843238	2,5
1831	103191124	2375829	2,3	81310583	2076095	2,6
1832	101029265	3890845	3,9	87176943	2054794	2,4
1833	108118311	5089693	4,7	90140433	3272101	3,6

Fonte: PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...)*. New Haven: Durie & Pack, 1835

Sobre o comércio externo brasileiro por nação até a década de 1840, dispomos de levantamento realizado pelo IBGE e recentemente sistematizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior¹⁶. Para a primeira década após a abertura dos portos brasileiros (1808-1820) os dados não são pormenorizados; os levantamentos mostram saldos deficitários para o comércio brasileiro, que importava das nações mais do que exportava em todos os anos da década. Quanto ao tipo de mercadorias de exportação, destacavam-se açúcar, algodão, café, peles e couros. Os levantamentos não contêm indicativos dos totais de cada uma das mercadorias ou de sua participação proporcional ao montante geral das transações.

Para a década de 1821-1830, o saldo do comércio manteve-se deficitário para os Estados Unidos, com exceção dos anos de 1823 e 1828. Em geral, verifica-se um aumento dos montantes devidos, embora não se possa afirmar que sejam progressivos, havendo variações ano a ano que não se enquadram em uma lógica de crescimento contínuo dos déficits. No que diz respeito ao tipo de mercadorias comercializadas, destaca-se a predominância do açúcar, com 32,2% do total, seguido pelo algodão e pelo café, quase empatados, com 20% e 18,6% do total exportado, respectivamente.

Nos anos 30 (1831-1839) a tendência dos déficits no balanço do comércio externo ainda manteve-se. A grande diferenciação em relação ao período anterior deu-se em relação à posição ocupada pelos gêneros de exportação: o café passou a representar 43,8% dos totais transacionados, seguido pelo açúcar e pelo algodão, com 24% e 11%, respectivamente.

Nas décadas seguintes, até 1860, mantêm-se os déficits comerciais e confirma-se a inversão na importância dos gêneros comercializados. Assim, na década de 1840 o café foi responsável por 41,3% das exportações, o açúcar por 26,7% e o algodão por 7,5%; nos anos de 1850, o café subiu para 48,8% contra 21,2% e 6,2% do açúcar e do algodão.

¹⁶ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *200 anos de Comércio Exterior*.

Nota-se ainda que a manutenção da importância relativa do café frente ao montante global das exportações brasileiras foi acompanhada pelo aumento dos totais exportados pelo Brasil que, de 1820 a 1860 quase quadruplicaram, passando de um total de 258.050\$000 para 900.532\$000, ou seja, os valores absolutos da exportação do café impulsionaram o crescimento do total exportado: de 45.246\$918 que totalizava em 1820 passou a 439.459\$616 até 1860. Ou seja, enquanto as exportações totais do Império quadruplicaram, as exportações de café cresceram quase dez vezes ao longo da primeira metade do século XIX¹⁷.

Uma outra fonte de dados sobre o comércio externo brasileiro são *Mappas estadísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil*, disponíveis a partir de 1841. Os *Mappas* contém uma descrição detalhada dos totais comercializados por nação, porto, mercadorias, quantidades e ainda dos direitos alfandegários pagos por cada uma delas na entrada ou saída do país¹⁸.

A análise sistemática dos dados relativos ao comércio brasileiro com Portugal, Inglaterra e Estados Unidos no primeiro biênio, ou seja, 1841 e 1842, permitiram-nos formular algumas considerações acerca da participação americana na economia brasileira.

No campo das importações brasileiras, constata-se a preponderância inglesa, principalmente baseada nos produtos têxteis – tanto as manufaturas de algodão, como os linhos e sedas – porém, verificou-se uma notável participação americana baseada na compra de trigo e farinhas, que ocuparam o segundo lugar nos itens de maior importação em 1841 e terceiro em 1842, revezando sua posição com os vinhos portugueses, largamente consumidos na antiga colônia.

Quanto aos gêneros exportados pelo Brasil, destacavam-se o café, o açúcar o algodão e as peles e couros. O café – quenesse momento já atingia o patamar de principal gênero de exportação brasileiro, posição que manteria até a década de 30 do século XX – era em sua maior parte exportado para os Estados Unidos, que absorvia cerca de 30% da produção enquanto a Inglaterra aproximadamente 15% e Portugal 1%. Quanto ao açúcar, segundo item da pauta, a predominância era inglesa: nos anos analisados, os ingleses absorveram em média 25% das exportações, os Portugueses aproximadamente 10% e os americanos, um máximo de 6%.

No caso do algodão, terceiro item em importância na pauta das exportações, os mercados português e americano não tinham importância significativa, sendo os ingleses responsáveis pela compra de mais de 80% da produção nacional. Por fim, no caso dos couros – verdes, secos e salgados – não existia uma predominância clara de nenhuma das nações estudadas, que variavam sua participação na compra de cada um desses itens. Embora fragmentados, esses dados mostram a relativização da importância do comércio com a Inglaterra e a importância que as transações com os Estados Unidos assumiam, tornando-se fornecedor de gênero de abastecimento

¹⁷ Os dados utilizados para a análise acima, do período de 1808-1860, foram retirados dos levantamentos sistematizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *200 anos de Comércio Exterior*.

¹⁸ *Collecção de mappas estadísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de [1841-1860]*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, s.d.

(trigo) e principal comprador do produto brasileiro que assumiu maior importância relativa dentro das pautas comerciais, tendência que se consolidou cada vez mais¹⁹.

A partir da análise dos dados de Timothy Piktin, dos dados do IBGE e dos *Mappas Estatísticos* podemos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, a avaliação da participação de americanos e portugueses no comércio externo brasileiro permite repensar a ideia de um século inglês ou de hegemonia absoluta da Inglaterra na economia brasileira. Apesar de inegável o peso da participação inglesa, destacamos o papel dos Estados Unidos como comprador do principal gênero de exportação brasileiro – café - que resultava em superávit no comércio Brasil-Estados Unidos.

Além disso, a comparação dos dados de Piktin, que vão até o início da década de 1830, com os dados dos *Mappas Estatísticos*, que tem início na década de 1840, nos sugerem outra questão. De que maneira as relações comerciais Brasil-Estados Unidos, que tinham pouco valor absoluto e pouca importância em termos relativos para ambos os países, atingiram os patamares verificados na década de 1840? Uma possível resposta para essa questão encontra-se no tráfico de escravos.

Consideramos, portanto, que foi a inserção dos americanos nas atividades ligadas ao tráfico para o Brasil o elo que garantiu a participação estadunidense na economia brasileira²⁰.

Procurando compreender a sociedade escravista dos Estados Unidos, Gerald Horne escreveu importante trabalho sobre o envolvimento de americanos e brasileiros no tráfico de escravos ao longo do século XIX. Para ele, a escravidão nos Estados Unidos e os desdobramentos internos que levaram à Guerra Civil norte-americana só podem ser compreendidos em uma chave geral, continental. O Sul escravista procurava no Brasil uma base de apoio contra as pretensões anti-escravidão da Inglaterra e de seu próprio governo²¹.

Analisando os dados levantados sobre o comércio internacional de escravos, principalmente por W. E. E. Du Bois, Horne estimou que nos anos 30 e 40 do século XIX cerca de um terço do comércio mundial, ou aproximadamente 1 milhão de escravos foram enviados para o Brasil. Somados, Brasil e Estados Unidos possuiriam mais de 65% da população de escravos derivados do comércio atlântico²². A documentação sobre o tráfico registrava intensamente a presença

¹⁹ Os dados detalhados estão disponíveis em: TAMMONE, Natalia. *Estados Unidos, Portugal e Brasil em uma época de transição: continuidade e inovação (1783-1824)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

²⁰ O debate acerca da presença americana no tráfico de escravos é mais extenso. Para uma abordagem mais detalhada da questão no Brasil, ver: RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Slavery and freedom in colonial Brazil*. Oxford: Oxford University Press, 2002. BETHEL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade Question, 1807-1869*. Londres: Cambridge University Press, 1970. GRAHAM, Richard. "Slavery and Economic Development in Brazil and the U.S. in the 19th century". *Comparative Studies in Society and History*, n. 23, out. 1981, p. 620-655. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²¹ HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [2007].

²² HORNE, *O Sul mais distante...*, p. 10.

de navios americanos no comércio com o Brasil, principalmente em virtude da facilidade da navegação dos navios com bandeira americana.

O autor avaliou o estabelecimento americano nas relações com o Brasil, mostrando a existência de empresas americanas com representação no Rio de Janeiro, a sua relação com a compra de café para os Estados Unidos e o seu envolvimento com capitais, embarcações e capital humano para as empresas escravistas. Além disso, destacou o papel e envolvimento dos representantes diplomáticos do governo americano nessas atividades²³.

A presença de americanos nas atividades ligadas ao tráfico de escravos com o Brasil também foi abordada por Robert Conrad. Para o autor, apesar da proibição oficial do envolvimento de americanos no tráfico de escravos a partir de 1808, essa atividade não só foi tolerada como intensificada a partir de meados da década de 1830, com atuação de americanos em Cuba e nos Estados Unidos²⁴. Segundo o autor, o envolvimento dos Estados Unidos do tráfico se dava desde a compra de produtos fornecidos por mercados que utilizavam mão de obra escrava, passando pela venda de embarcações próprias ao tráfico à participação efetiva de cidadãos americanos, como mestres e tripulantes de navios negreiros.

Os cidadãos americanos envolvidos em tais atividades seriam, majoritariamente, comerciantes, proprietários de embarcações, mestres e marinheiros que se engajavam nas atividades do tráfico através do fretamento de embarcações, contratos de compra e venda de embarcações (legais e ilegais), em que muitas vezes mantinham a bandeira americana, imune às revistas Britânicas. Outros casos mostram o envolvimento de empresas de capital americano, cujos proprietários engajavam seus navios e recursos em atividades executadas por grandes traficantes brasileiros, não tendo, portanto, contato direto com as atividades negreiras, mas incentivando diretamente o tráfico de escravos²⁵.

Ainda segundo Conrad, essa situação teria se intensificado a partir de 1839, data do *Palmerson Bill*, que permitia os navios britânicos vistoriar as embarcações com bandeira portuguesa suspeitas de engajamento no tráfico de escravos. A partir de então, as embarcações americanas passaram a ser cada vez mais procuradas para a empresa, visto ser à época a única nação que mantinha sua soberania em relação à marinha inglesa²⁶. A frota americana contava ainda com a conivência das autoridades e do governo americano, que mantinha uma frota de apenas cinco navios de guerra na costa africana, antiquados e lentos, que passavam a maior parte do ano ancorados, realizando pouquíssimos apresamentos e que, além disso, acabavam por libertar a esmagadora maioria dos cidadãos americanos presos por envolvimento no tráfico²⁷.

²³ HORNE, *O Sul mais distante...*, ver principalmente p. 20-21 e p. 31-52.

²⁴ CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

²⁵ CONRAD, *Tumbeiros...*, p. 139-171.

²⁶ CONRAD, *Tumbeiros...*, p. 149.

²⁷ Conrad cita apenas uma execução a pena máxima de morte aplicada a um comerciante negreiro atuando ilegalmente e, ainda esta, ocorrida já em primórdios do processo de guerra civil. CONRAD, *Tumbeiros...*, p. 158.

Em artigo recente, Dale Garden aprofundou a investigação sobre o envolvimento de cidadãos americanos no tráfico transatlântico de escravos para o Brasil. O autor ressaltou que, a partir das proibições do governo dos Estados Unidos a seus cidadãos de se envolverem no tráfico, esses procuraram oportunidades de inserção em outros circuitos, notadamente no Brasil e em Cuba aproveitando-se do fato de que o governo americano não permitia aos ingleses a revista de embarcações estadunidenses. As atividades se intensificaram a partir dos anos 30, atingindo o seu ápice nas décadas de 1840 e 1850, quando a Lei Euzébio de Queiroz, proibiu o tráfico para o Brasil e dificultou a atuação dos negociantes²⁸.

Os empresários norte-americanos atuavam em diversos segmentos, aproveitando as oportunidades comerciais do mercado brasileiro. Assim, o autor encontrou indícios da atuação americana nos setores de compra e venda de navios, fornecimento de mercadorias para efetuar o comércio, marinheiros, navios de apoio ao tráfico e como agentes comerciais para o apresamento e embarque de negros na costa africana. Para apreender o modo como essas redes de capitais e comerciantes funcionaram, Dale Garden utilizou a documentação dos ministros dos Estados Unidos no Rio de Janeiro que, após a década de 1840, combatiam notadamente o tráfico, recolhendo processos e depoimentos sobre o envolvimento de cidadãos americanos nessas atividades²⁹.

Com base nessa documentação, o autor estimou que, entre os anos de 1815 e 1850, cidadãos dos Estados Unidos tenham armado 430 navios que realizaram 545 viagens entre a costa da África e o Brasil com o intuito de transportar escravos³⁰. Esse comércio envolveu inúmeros cidadãos americanos e brasileiros que, ao longo do século constituíram fortunas. Para Garden, o tráfico negreiro empregou milhares de pessoas, diretamente ou indiretamente relacionadas a ele. Assim, foi esse comércio responsável pela grande indústria naval dos Estados Unidos, pelo subsídio às destiladoras de rum, companhias produtoras de pólvora, plantações de tabaco, o emprego de trabalhadores tais como carpinteiros, artífices e mastreadores, além de permitir aos estadunidenses competir pela supremacia do comércio com a América. Foi, então, a partir do desenvolvimento dessas atividades e, com a gradativa proibição ao tráfico, que os negreiros americanos passaram a empregar seus capitais em atividades “lícitas”³¹.

Baseando-nos na análise da documentação quantitativa disponível e nos levantamentos bibliográficos acerca da participação dos americanos no tráfico de escravos para o Brasil podemos concluir que impulsionadas pela política externa dos Estados Unidos, e pelas possibilidades abertas através da participação

²⁸ GRANDEN, Dale T. “O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858”. *Afro-Ásia*, n. 35, 2007, p. 09-11.

²⁹ GRANDEN, “O envolvimento dos Estados Unidos...” p. 15 e ss.

³⁰ GRANDEN, “O envolvimento dos Estados Unidos...” p. 19.

³¹ “[...] Quando, finalmente, as importações de escravos para o Brasil e Cuba cessaram, entre 1856 e 1870 respectivamente, todo o conhecimento adquirido com o “comércio ilícito” de escravos foi aproveitado no “comércio legítimo”. Os navios, a tecnologia, os contatos, os conhecimentos de geografia e comércio e um profundo senso de superioridade dos brancos sobre os negros alimentaram a atuação imperial dos Estados Unidos na segunda metade do XIX no Atlântico”. GRANDEN, “O envolvimento dos Estados Unidos...” p. 34.

americana nas atividades ligadas ao tráfico de escravos, as relações entre Brasil e Estados Unidos consolidaram-se. A partir da década de 1840, com o aumento da produção e consumo do café brasileiro e com o aumento gradativo das pressões para a abolição do tráfico, a presença dos americanos assumiu cada vez mais feições de comércio lícito. Pelos valores transacionados e pela predominância dos Estados Unidos no campo das exportações de café, pode-se, portanto, perceber sua importância como parceiro comercial na economia do Império.

Assim, a partir da análise dos nichos de inserção do comércio americano e da posição de maior importador de café brasileiro pode-se questionar a preeminência britânica no Brasil. Apesar de sua inegável importância como principal nação fornecedora de todo o tipo de produtos para o Brasil, das grandes casas comerciais que se estabeleceram no país e de sua importante contribuição através de financiamentos, empréstimos e investimentos de capital, não se pode entender o século XIX como um século inglês. O papel de outras nações, principalmente na pauta de exportações brasileiras, destacadamente os Estados Unidos, mostra um nível de complexidade muito maior nas relações externas do Brasil e a existência de desafios à predominância inglesa ao mercado brasileiro no século XIX.



RESUMO

Este artigo discute as relações externas da economia brasileira na primeira metade do século XIX, relativizando a visão historiográfica que aborda esse período como de preponderância absoluta da Inglaterra, caracterizando o século XIX como “século inglês”. Analisaremos as relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos da América para mostrar de que forma foram estabelecidas e consolidadas, procurando ainda deslindar o papel do tráfico de escravos neste processo.

Palavras Chave: Relações Comerciais; Brasil; Estados Unidos; Tráfico de Escravos.

ABSTRACT

This paper discusses the external relations of the Brazilian economy in the first half of the nineteenth century, mitigating the historiographical vision that addresses this period as absolute preponderance of England, featuring the nineteenth century as the “English Century”. Analysing trade relations between Brazil and the United States the paper shows how they were established and consolidated, still trying to unravel the role of the slave trade in the process.

Keywords: Commercial Relations; Brazil; United States; Slave Trade.

Artigo recebido em 09 mai. 2013.
Aprovado em 18 set. 2013.